

“Divisão” do acordo UE-Mercosul Um sequestro democrático



Friends of
the Earth
Europe

“DIVISÃO” DO ACORDO UE-MERCOSUL: UM SEQUESTRO DEMOCRÁTICO

COMO A COMISSÃO EUROPEIA CONTORNA A OPOSIÇÃO RUMO A UM ACORDO COMERCIAL CONTROVERSO

O acordo de livre comércio assinado com o Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai), se ratificado, passaria a ser o maior acordo comercial já adoptado pela União Europeia, abrangendo um mercado que representa 774 milhões de cidadãos.

Os acordos comerciais são geralmente descritos em termos puramente económicos. Mas, na realidade, estes acordos afectam a nossa vida quotidiana em questões tão diversas quanto a qualidade dos alimentos que consumimos, empregos, o meio ambiente, a saúde e direitos fundamentais. É por esta razão que as organizações da sociedade civil têm denunciado, já há muitos anos, os impactos negativos que o acordo UE-Mercosul terá sobre o clima, no combate à desflorestação, sobre a agricultura e os direitos humanos, caso seja adoptado.

A controvérsia em torno dos acordos comerciais é fomentada também pela falta de transparência, de participação democrática dos cidadãos e do envolvimento das organizações da sociedade civil que representam o interesse público nos seus processos de negociação e implementação. Em 2020, a provedoria de justiça da UE¹, órgão responsável pela fiscalização ética, emitiu uma decisão a criticar o facto da Comissão Europeia não ter concluído uma avaliação actualizada do impacto deste acordo sobre a sustentabilidade antes de concluir as negociações comerciais entre a UE e o Mercosul. Em 2023, a provedoria de justiça da UE enviou uma carta dirigida a Ursula von der Leyen a solicitar-lhe que considerasse a publicação proactiva de uma versão preliminar do instrumento adicional de sustentabilidade e combate à Crise Climática². No entanto, a Comissão não seguiu as recomendações da provedoria, pelo que as negociações UE-Mercosul reforçaram, assim, um padrão de tomada de decisão extremamente problemático.

O texto final do acordo UE-Mercosul acabou por ser publicado em Dezembro de 2024. Após ser realizada uma revisão jurídica e tradução em todos os idiomas da UE, o texto tem de ser ratificado quer pelo Conselho Europeu, quer pelo Parlamento Europeu. No entanto, a Comissão Europeia já expressou o desejo de recorrer a uma manobra processual para acelerar a ratificação e conseguir contornar a oposição de vários Estados-Membros e parlamentos nacionais: a chamada “divisão”, ou splitting. Neste resumo, explicamos por que razão esta manobra de divisão do acordo UE-Mercosul prejudica a Democracia da UE e a confiança dos cidadãos em suas instituições.

OPOSIÇÃO MACIÇA AO ACORDO UE-MERCOSUL E AOS CHAMADOS ACORDOS DE “LIVRE” COMÉRCIO

O comércio internacional é uma das áreas políticas europeias mais controversas. Durante muitos anos, as negociações de acordos de livre comércio resultaram em movimentos de oposição maciça por toda a Europa, reunindo diversos grupos sociais, organizações e interesses. Centenas de milhares de pessoas protestaram contra o TTIP (Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento com os EUA) e o CETA (Acordo Integral de Economia e Comércio com o Canadá) em toda a Europa, incluindo 320.000 só em Berlim, em Setembro de 2016. De agricultores a activistas climáticos, de sindicatos de trabalhadores a grupos de consumidores, a oposição aos acordos de livre comércio é bem clara.

As negociações entre a UE e o Mercosul duraram mais de 25 anos e foram marcadas por uma total falta de transparência³ e de participação da sociedade civil. Os deputados europeus também protestaram em muitas ocasiões, sobre o sigilo das negociações e a falta de consulta. Mais de 400 organizações⁴, de ambos os lados do Atlântico, expressaram recentemente, mais uma vez, a sua firme oposição ao acordo. Os oponentes incluem sindicatos, ONGs, povos indígenas, organizações de agricultores e grupos de consumidores⁵. O acordo UE-Mercosul é o expoente de um acordo comercial desactualizado, insustentável e antidemocrático.

Não é segredo que os principais defensores do acordo são as grandes empresas multinacionais de ambos os lados do Atlântico. O sector automóvel⁶, o agronegócio e os produtores de pesticidas⁷, como a BASF⁸ e a Bayer, têm pressionado fortemente a favor do acordo. Não é surpresa que essas empresas sejam também quem saia mais beneficiado.

Em 2024-2025, os protestos de agricultores contra o acordo UE-Mercosul alastraram-se pela França⁹, Bélgica¹⁰, Irlanda¹¹, Espanha¹², Polónia¹³ e Chéquia¹⁴. Vários parlamentos nacionais e regionais também se opuseram ao acordo. Já em 2019¹⁵, o Parlamento austriaco¹⁶ vetou o acordo UE-Mercosul numa votação vinculativa para o governo austriaco. Os parlamentos da Valónia¹⁷ e de Bruxelas¹⁸ também votaram contra o acordo. O mesmo aconteceu no Parlamento holandês¹⁹, no Senado francês²⁰ e na Assembleia Nacional francesa²¹. Além disso, vários governos expressaram reservas ou mesmo uma forte oposição ao acordo, como a França, a Irlanda e a Polónia.

Apesar dessa rejeição maciça ao livre comércio, a Comissão Europeia persiste em utilizar maneiras cada vez menos democráticas de promover políticas e acordos comerciais, optando por truques processuais para contornar as oposições e silenciar o debate público.

DIVISÃO DE ACORDOS COMERCIAIS PARA CONTORNAR A OPOSIÇÃO

Prevendo um processo de ratificação longo, complicado e potencialmente falhado para o acordo UE-Mercosul, a Comissão Europeia pretende acelerar a sua ratificação através de uma tentativa de divisão do acordo. Mas o que significa isso em termos concretos?

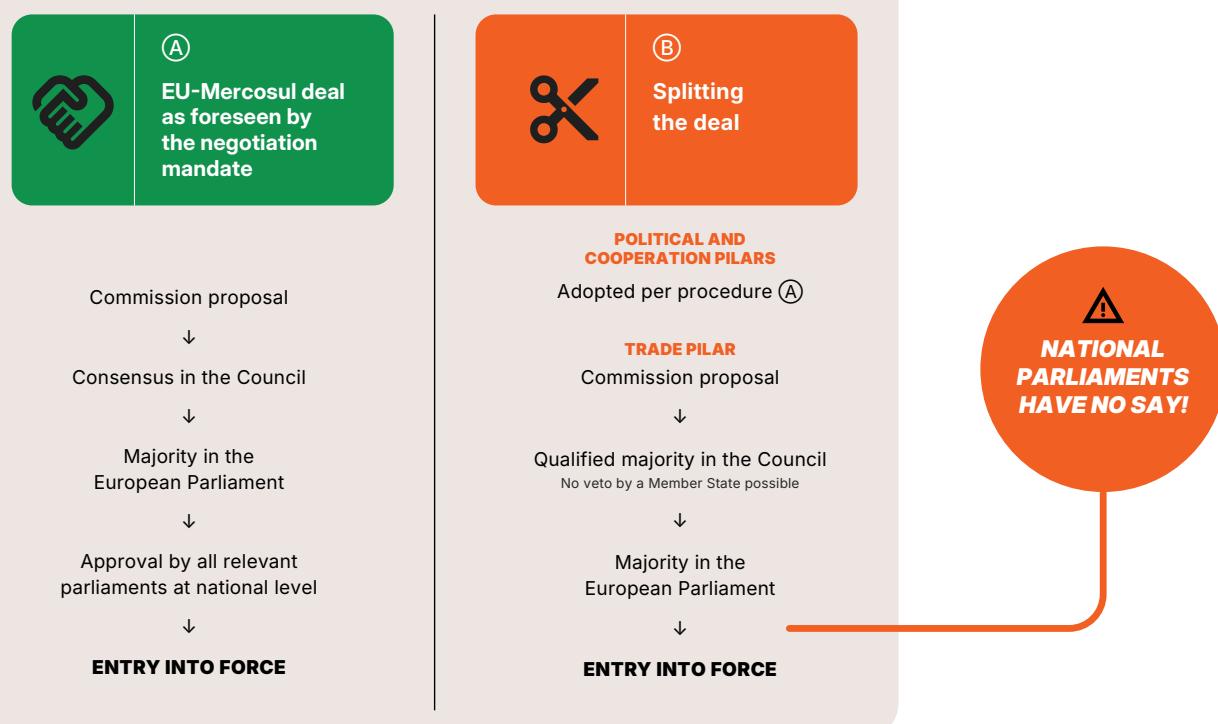
Embora a parte comercial seja da competência exclusiva da UE, o âmbito da maioria dos acordos internacionais vai para além do comércio, pelo que são considerados acordos mistos. Isto significa que as competências são partilhadas entre a UE e os seus Estados-Membros. Assim, o acordo UE-Mercosul é um acordo misto visto conter um pilar comercial (competência da UE) e um pilar político e de cooperação (competência partilhada com os Estados-Membros).

A ratificação de acordos mistos exige uma votação no Parlamento Europeu e a aprovação unânime dos governos da UE no Conselho. Isto significa que cada Estado-Membro tem direito de voto. No caso do acordo UE-Mercosul, um país como a França poderia bloquear a sua ratificação. Além disso, o acordo deve também ser ratificado pelos Estados-Membros da UE, de acordo com as suas exigências constitucionais, o que geralmente inclui a aprovação pelos parlamentos nacionais. Na Bélgica, por exemplo, os acordos comerciais necessitam ser ratificados pelos parlamentos da região Flamenga e da Valónia para serem ratificados pelo Estado federal.

A divisão do acordo em dois, permitiria um processo de ratificação diferente. Se a Comissão seguir a mesma arquitetura de acordos anteriores, a parte comercial - de competência exclusiva da UE - será separada do pilar político e de cooperação - de competência partilhada. A parte comercial passaria a exigir apenas as votações favoráveis do Conselho e do Parlamento Europeu - deixando de necessitar do aval democrático dos Estado-Membros através da aprovação dos seus parlamentos nacionais. Para além disso, o Conselho passaria a precisar apenas de uma maioria qualificada em vez de unanimidade para aprovar o acordo. Uma maioria qualificada é alcançada se duas condições forem cumpridas simultaneamente²²

- a votação a favor por 55% dos Estados-Membros - na prática, isso significa a aprovação por 15 de 27; e
- a aprovação por suficientes Estados-Membros para representar pelo menos 65% da população total da EU.

THE EU COMMISSION'S 'DIVIDE AND CONQUER' TRICK: SPLITTING THE DEAL



UM SEQUESTRO DEMOCRÁTICO QUE VIOLA A LEGISLAÇÃO DA UE

A ratificação continuaria a poder ser impedida no Conselho por uma minoria de bloqueio, mas esta minoria precisaria de pelo menos quatro membros – enquanto que sem a divisão, apenas um membro seria suficiente. Além disso, como a aprovação por todos os parlamentos relevantes a nível nacional já não serianecessária, isso significa que a rejeição do acordo num parlamento nacional ou regional não poderia impedir a ratificação do acordo UE-Mercosul.

O caso UE-Mercosul recebeu ampla cobertura dos meios de comunicação e enfrenta uma oposição significativa. Mas os problemas relacionados com a questão do splitting vão para além do acordo UE-Mercosul. Na verdade, vários acordos comerciais já foram adoptados através desta manobra antidemocrática, o que aparenta ser a nova táctica da Comissão Europeia para forçar a aprovação de acordos comerciais controversos.

Após as extremamente difíceis negociações do CETA, a Comissão Europeia mudou os seus procedimentos de política comercial e decidiu optar pelo splitting de todos os acordos mistos. Desde então, todos os acordos comerciais com capítulos de proteção de investimentos (com o polémico mecanismo ISDS - Mecanismo de Resolução de Litígios entre Investidor e Estado) foram ratificados por meio desse splitting: UE-Chile, UE-Vietname, UE-Singapura. Contornar os parlamentos nacionais e a unanimidade entre os Estados-Membros tornou-se o novo esquema da política comercial da UE. No entanto, o acordo UE-Mercosul seria o primeiro acordo comercial sem um capítulo sobre proteção de investimentos a poder vir a ser “dividido”. O que criaria um precedente perigoso.

Uma análise legal de autoria de Dr. Markus Krajewski e Julian Werner²³ conclui que o splitting do acordo UE-Mercosul violaria o mandato dado pelo Conselho à Comissão Europeia e poderá violar a legislação da UE. Os autores recomendam que, se a Comissão apresentar uma proposta para a adopção de um modelo de splitting ou de um acordo de livre comércio “provisório”, esta deve solicitar imediatamente o parecer do Tribunal de Justiça Europeu, com base no Artigo 218 (11) do Tratado sobre o Funcionamento da UE (TFEU). A análise jurídica de Amandine Van den Berghe, da Client Earth²⁴, levou a conclusões semelhantes e acrescentou que uma divisão também violaria também a obrigação de cooperação leal mencionada no Artigo 4 (3) e no Artigo 13 (2) do Tratado da UE (TUE). Dado que cinco parlamentos nacionais e regionais já votaram contra o UE-Mercosul, torna-se ainda mais importante que todos os níveis de tomada de decisão, ao nível europeu e dos Estados-Membros, sejam consultados.

OUTRO COMÉRCIO É POSSÍVEL

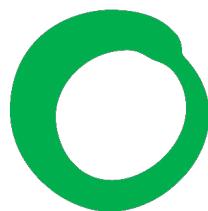
A manobra de “divisão” do acordo UE-Mercosul é o mais recente desenvolvimento de um processo que, desde o mandato de negociação até a ratificação, careceu de participação democrática e transparência. A Comissão Europeia deveria ter respondido aos apelos da oposição contra o acordo UE-Mercosul para compreender as raízes deste descontentamento. Pelo contrário, ela optou por aplicar a prática antidemocrática de “dividir” os acordos para contornar o voto dos Estados-Membros no Conselho e o voto dos parlamentos nacionais.

O splitting de acordos comerciais, para assim contornar a oposição pública, alimenta a desconfiança nas instituições da UE e dá argumentos às forças eurocépticas. O que irá beneficiar a extrema direita. Mas a questão do splitting vai para além do âmbito restrito da política comercial. Num contexto político global em que líderes de extrema direita como Putin e Trump (de fora) e Orban alemã (de dentro) atacam a União Europeia, a prioridade da UE deveria ser reforçar seus processos democráticos em vez de enfraquecer os.

As negociações comerciais não devem ser secretas e antidemocráticas. Há muitas outras maneiras de conduzir negociações comerciais que fortalecem o escrutínio democrático, a participação da sociedade civil e podem reconstruir a confiança nas instituições da UE. Solicitamos à Comissão Europeia que não opte pelo splitting do acordo UE-Mercosul e que reabra as negociações deste acordo. Uma outra negociação é possível, as alternativas são inúmeras. É preciso apenas ter coragem política.

Fontes

1. <https://www.ombudsman.europa.eu/en/decision/en/139418>
2. <https://www.ombudsman.europa.eu/en/opening-summary/en/175060>
3. <https://friendsoftheearth.eu/wp-content/uploads/2024/02/EU-Mercosur - Transparency - Report.pdf>
4. EU - Mercosur agreement : lost transparency, Friends of the Earth Europe
<https://friendsoftheearth.eu/press-release/toxic-trade-alert-400-organisations-urge-leaders-to-drop-eu-mercousur-deal>
5. <https://www.beuc.eu/press-releases/eu-mercousur-trade-deal-likely-fail-both-consumers-and-farmers-sustainability-goals>
6. <https://www.euractiv.com/section/economy-jobs/cars-v-cows-german-automakers-call-to-split-eu-mercousur-deal-to-bypass-french-non/>
7. The powers pushing for the planet - wrecking EU - Mercosur trade deal, Friends of the Earth Europe
<https://friendsoftheearth.eu/wp-content/uploads/2022/03/The-powers-pushng-for-the-planet-wrecking-EU-Mercosur-deal.pdf>
8. Toxic trading: The EU pesticide lobby's offensive in Brazil, Friends of the Earth Europe
<https://friendsoftheearth.eu/wp-content/uploads/2022/04/Toxic-Trading-EN.pdf>
9. <https://www.france24.com/en/france/20241119-french-farmers-protests-eu-trade-deal-south-america-mercousur-bloc>
10. <https://www.belganewsagency.eu/wallon-farmers-to-protest-in-brussels-against-eu-mercousur-trade-deal>
11. <https://www.farmersjournal.ie/news/news/farmers-join-forces-for-mercousur-protest-843254>
12. <https://www.euractiv.com/section/politics/news/spanish-farmers-protest-eu-mercousur-deal/>
13. <https://tvworld.com/83807024/polish-farmers-protest-against-eu-mercousur-deal>
14. <https://www.euractiv.com/section/agriculture-food/news/czech-farmers-protest-against-mercousur-food-imports-from-ukraine/>
15. <https://www.dw.com/en/austria-deals-first-blow-to-eu-mercousur-trade-pact/a-50489747>
16. [https://www.parlement.gv.at/aktuelles/news/archiv/j2019/178mercousur](https://www.parlement.gv.at/aktuuelles/news/archiv/j2019/178mercousur)
17. <https://www.rtfb.be/article/garantir-les-interets-du-monde-agricole-le-parlement-de-wallonie-approuve-la-motion-de-rejet-de-l-accord-commercial-entre-lue-et-le-mercousur-11460004>
18. <https://www.lalibre.be/dernieres-depeches/2025/01/31/parlement-bruxellois-une-majorite-favorable-a-larret-des-negociations-de-laccord-de-libre-échange-mercousur-7GQUEP4IGRZJ0ZW4A37L24TIM/>
19. <https://www.argusmedia.com/en/news-and-insights/latest-market-news/2111447-eu-mulls-dutch-rejection-of-mercousur-deal>
20. <https://www.publicsenat.fr/actualites/international/accord-ue-mercousur-le-senat-rejette-largement-le-traité-de-libre-échange/>
21. <https://www.politico.eu/article/mercousur-lassemblee-rejette-largement-laccord-de-libre-échange/>
22. <https://www.consilium.europa.eu/en/council-eu/voting-system/qualified-majority/>
23. <https://europeantradejustice.org/wp-content/uploads/2023/05/The-EU-Commissions-possible-attempts-to-fast-track-the-EU-Mercousur-deal-Legal-Analysis-by-Prof-Krajewski-May-2023-1.pdf>
24. <https://www.clientearth.org/media/s2dh2elt/clientearth-eu-mercousur-agreement-governance-issues-in-eu-s-trade-decision-making.pdf>



**Friends of
the Earth
Europe**

Autor
Julie Zalcman

Contribuiram
Paul de Clerck,
Gaëlle Cau
Nina Ostrowski

Design
Ricardo Santos

Março 2025

Amigos da Terra Europa
faz campanhas para a proteção do meio ambiente, reúne mais de 30 organizações nacionais com milhares de grupos locais e faz parte da maior rede ambiental de base do mundo, a Amigos da Terra Internacional.

www.friendsoftheearth.eu
@foeeurope.bsky.social
linkedin.com/company/friends-of-the-earth-europe